

Nº 28 maio e junho de 2007



# consensus

JORNAL DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE | ISSN 1413-1579



## Desafios da Assistência Farmacêutica no SUS

P. 8 a 12

Outros destaques

P. 4 e 5

Diretoria do CONASS toma posse em Brasília

P. 6 e 7

CONASS apresenta prioridades ao ministro da Saúde



CONASS A força dos estados na garantia do direito à Saúde

# consensus

Consensus é uma publicação mensal do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), de distribuição gratuita. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

## CONSELHO EDITORIAL

Jurandi Frutuoso  
Ricardo F. Scotti  
René Santos  
Júlio Müller  
Vanessa Pinheiro

## JORNALISTA RESPONSÁVEL

Vanessa Pinheiro  
JP 02653/DF

## REPÓRTERES

Adriane Cruz  
Tatiana Rosa  
Vanessa Pinheiro

## REVISÃO

Gisela Avancini

## PROJETO GRÁFICO

Fernanda Goulart

## IMPRESSÃO E FOTOLITO

Athalaia Gráfica e Editora

## TIRAGEM

6.000 exemplares

## ENDEREÇO E TELEFONE

Setor de Autarquias Sul  
Quadra 1 Bloco N  
Ed. Terra Brasília, 14º andar,  
Sala 1.404 - CEP: 70.070-010  
Brasília - DF  
Tel.: (61) 3222-3000  
Fax.: (61) 3222-3040

## E-MAILS

conass@conass.org.br  
consensus@conass.org.br

## INTERNET

www.conass.org.br

## Prioridades

A diretoria do CONASS apresenta nesta edição do *Consensus* as prioridades da entidade para a atual gestão, aprovadas na assembléia realizada em abril e apresentadas ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que abordam os principais desafios para a gestão estadual do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre os pontos elencados pelos Secretários Estaduais de Saúde destacam-se duas matérias em discussão no Congresso Nacional. A regulamentação da Emenda Constitucional n. 29, que trata do financiamento da saúde, definindo claramente o que são ações e serviços de saúde, o percentual de repasses obrigatórios para a saúde no orçamento de cada esfera de governo, especialmente a União, além de oferecer aos Tribunais de Contas dos Estados e da União regras claras para a fiscalização do cumprimento do dispositivo constitucional que define o financiamento do setor saúde. A necessidade da regulamentação da EC n. 29 foi amplamente defendida na solenidade de posse da diretoria do CONASS, realizada na Câmara dos Deputados, inclusive com o compromisso público do deputado Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados, de colocá-la em votação ainda em 2007. Outro tema em discussão no Poder Legislativo diz respeito à regulamentação do acesso aos medicamentos de dispensação excepcional, por meio do Projeto de Lei de autoria do senador Tião Viana, em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Os Secretários acreditam na boa relação com o Ministério da Saúde, sobretudo no bom diálogo com o ministro Temporão e sua equipe, visto que as nossas prioridades estão em consonância com as políticas do governo federal e suas prioridades para a saúde. Há consenso entre os gestores de que é necessário priorizar o financiamento e as ações voltadas para a atenção primária visando garantir a escala e a qualidade adequada; estimular a realização dos Termos de Compromissos de Gestão de estados e municípios; definir prioridades para a Amazônia Legal; e buscar alternativas de gerência de unidades públicas, para maior eficiência e qualidade na prestação de serviços do SUS, entre outros.

Nesta edição do jornal, trazemos também as propostas discutidas no seminário, realizado em Brasília, sobre os Desafios da Gestão da Assistência Farmacêutica, em que abrimos de forma democrática o diálogo com os representantes do poder Judiciário sobre a crescente demanda de ações judiciais relativas ao fornecimento de medicamentos de dispensação excepcional. Também registramos nesta edição os trabalhos realizados pela nossa assessoria responsável pela construção dos consensos técnicos que subsidiam o planejamento e a execução das ações necessárias ao bom desempenho da gestão estadual do SUS.



Técnicos da Secretaria de Saúde do Piauí

## CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO PIAUÍ

No período 2 a 4 maio, a Secretaria de Saúde do Piauí realizou o terceiro módulo do Curso de Aperfeiçoamento da Gestão da Atenção Primária, uma parceria do CONASS com a Universidade de Toronto e o Ministério da Saúde. Esse curso tem como objetivo qualificar a gestão da Atenção Primária e assim melhorar a qualidade da atenção e a resolutividade.

## SEMINÁRIO ESTADUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL

A Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul realizou, nos dias 28 e 29 de maio, o Seminário Estadual de Monitoramento e Avaliação da Atenção Primária, para discutir a institucionalização do monitoramento e a avaliação da Atenção Primária, por meio do Projeto de Expansão do Programa Saúde da Família (Proesf), componente III. Participaram da abertura o Secretário de Saúde, Osmar Terra, o coordenador da Atenção Primária/SES-RS, José Inácio, a diretora de Assistência à Saúde SES/RS, Sandra Sperotto, a representante do Ministério da Saúde, Iracema Benevides, e a assessora do CONASS, Maria José Evangelista. Participaram do encontro técnicos da Secretaria, representantes das regionais de saúde e dos centros colaboradores das universidades de Pelotas e Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, bem como o Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip) e o Grupo Hospital Conceição. O seminário contou com a participação do professor da Universidade de São Paulo (USP), Oswaldo Tanaka.



Técnicos da Secretaria do Rio Grande do Sul, representantes das regionais de saúde, dos centros colaboradores e de universidades participaram do encontro

## CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS HUMANOS DO CONASS DISCUTE PROPOSTA DE REVISÃO DA PORTARIA N. 198

A Câmara Técnica do CONASS de Recursos Humanos se reuniu no dia 15 de maio, em Brasília, para discutir, entre outros assuntos, a proposta de revisão da Portaria GM/MS n. 198, de 13 de fevereiro de 2004, que trata da Educação Permanente em Saúde e dos critérios para a alocação dos recursos federais para a Educação Permanente em Saúde, para o ano de 2007. As sugestões resultantes da discussão e da busca de consenso acerca da proposta foram apresentadas no dia seguinte (16 de maio), em reunião com o Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges), o CONASS e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Segundo o Deges, a revisão da portaria prevê quatro principais pontos: o conceito de Educação Permanente; os fluxos das relações entre as instâncias; o financiamento e os critérios de alocação dos recursos financeiros; e o papel e a composição da Comissão Nacional de Avaliação da Política. O consenso técnico será encaminhado para pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).



Presidentes do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Batista Júnior; da Frente Parlamentar de Saúde, deputado Rafael Guerra; da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; do CONASS para gestão 2007/2008, Osmar Terra; senador Pedro Simon; ministro de Estado da Saúde, José Gomes Temporão; ex-presidente do CONASS gestão 2006/2007, Jurandi Frutuoso; e presidente do Conasems, Helvécio Magalhães

# Posse da nova diretoria do CONASS

Em solenidade suprapartidária, tomou posse a nova diretoria do CONASS no dia 25 de abril. Em reunião realizada no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, os representantes da entidade reafirmaram o compromisso político pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde, elegendo como prioridade a aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional n. 29. A diretoria é composta pelo presidente Osmar Terra, Secretário Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS), e pelos cinco vice-presidentes representantes de cada região do país: Wilson Alecrim (SES/AM) da região Norte; Beatriz Dobashi (SES/MS) do Centro-Oeste; Sérgio Côrtes (SES/RJ) do Sudeste; Cláudio Xavier (SES/PR) do Sul; e Edmundo Gomes (SES/MA) do Nordeste.

Entre os discursos, foi unânime a urgência da regulamentação da EC n. 29, aprovada em todas as comissões da Câmara dos Deputados e pronta para ser votada em plenário. Discursaram o presidente do Conasems, Helvécio Magalhães; do Conselho Nacio-

nal de Saúde, Francisco Batista Júnior; o então presidente do CONASS gestão 2006/2007, Jurandi Frutuoso; o presidente da Frente Parlamentar de Saúde, deputado Rafael Guerra; o ministro de Estado da Saúde, José Gomes Temporão; o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; o senador Pedro Simon; e o presidente eleito do CONASS para gestão 2007/2008, Osmar Terra.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, acalmou as expectativas dos quase 300 participantes quando afirmou em seu discurso que a aprovação da regulamentação da EC n. 29 é prioridade na sua gestão. Para Chinaglia, será necessária uma grande articulação entre os deputados, o CONASS e o Conasems para que juntos vençam as barreiras que impedem a aprovação da medida. "Nós tentaremos construir, no âmbito da Câmara e em consonância com o ministro da Saúde e sua equipe, uma proposta que consiga produzir a aprovação da regulamentação da emenda", afirmou Chinaglia.



Assista ao vídeo da solenidade de posse da diretoria no *site* do CONASS ([www.conass.org.br](http://www.conass.org.br)).

“Sempre trabalhei para que a Emenda n. 29 fosse além daquilo que é assegurar verbas para a saúde. A aprovação dessa emenda foi um marco no Congresso Nacional e precisa ser regulamentada”, disse.

Para o presidente do Conasems, Helvécio Magalhães, a regulamentação da EC n. 29 é o pleito dos secretários municipais, dos prefeitos e dos Secretários de Estado. “Quero reafirmar a nossa expectativa em relação à regulamentação da Emenda n. 29 e às demais legislações do SUS para que assim possamos dotar a população brasileira de um sistema de saúde que seja digno da sua história e das suas necessidades.” O presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Batista Júnior, reiterou que a proposta da entidade é trabalhar em conjunto com o CONASS, o Conasems, o Ministério da Saúde e outros atores, para que o SUS seja efetivamente implementado conforme os preceitos constitucionais.

Prestigiando o presidente Osmar Terra, o senador Pedro Simon defendeu em seu discurso que o direito universal à saúde tem de ser uma realidade. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, reafirmou a todos que os desafios frente ao Ministério ainda são muitos, mas que um de seus primeiros despachos junto ao presidente da República foi sobre a regulamentação da EC n. 29.

Em seu discurso de despedida do cargo, Jurandi Frutuoso afirmou que as conquistas alcançadas pelo CONASS refletem o laborioso cuidado de todos que nele trabalham. Jurandi ressaltou a importância das pactuações tripartite do SUS, algo admirado entre outros setores. “O papel dos Conselhos, CONASS e Conasems, e do Ministério da Saúde é bem definido e muito importante. Nas divergências nós discutimos, nas pactuações nós irmanamos e unidos edificamos um sistema que busca a universalidade, a equidade e a eficácia, fazendo da saúde um espaço de cidadania e um eixo de inclusão social.” Como conquistas alcançadas na sua gestão, Jurandi Frutuoso destacou as relações harmonizadas entre os parceiros do SUS, a qualificação da estrutura administrativa com a nova sede, a elaboração e a entrega do manifesto aos presidentes, a publicação da coleção Progestores, os livros *CONASS 25 anos* e *SUS: avanços e desafios*, a criação e a instalação das Câmaras Técnicas de Comunicação Social e Atenção Primária, além do fortalecimento das parcerias entre as instituições nacionais e a expansão do campo de atuação com o estreitamento das

cooperações com instituições em outros países.

Finalizando a cerimônia de posse, o presidente da entidade, Osmar Terra, afirmou que o CONASS é e será, cada vez mais, um grande parceiro para agilizar a resolução dos grandes problemas que existem na consolidação do grande projeto que é o Sistema Único de Saúde. Osmar Terra elencou as prioridades da nova diretoria, entre elas: a regulamentação da EC n. 29 e do acesso aos medicamentos de dispensação excepcional por meio da aprovação do Projeto de Lei do Senador Tião Viana. “Queremos em seis meses estar com a Lei do senador Tião Viana aprovada e com a EC n. 29 regulamentada. Nós estaremos juntos com a Câmara e com o Senado para fazer essas questões andarem o mais rápido possível”, disse. O presidente falou ainda sobre outras pendências que precisam ser superadas, como a redução das desigualdades sociais; a necessidade de se dar uma atenção especial à Amazônia Legal; o fortalecimento das Secretarias de Saúde; a implementação do Pacto pela Saúde; além da criação do plano de carreira em todos os níveis do Sistema Único de Saúde. Terra afirmou que “o CONASS não irá recuar em nada do que avançou e que sua gestão irá caminhar, abraçada ao Conasems e ao Ministério, sendo um grande alicerce, um pilar fundamental para a construção do SUS”.

Audatório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, recebeu autoridades para a solenidade de posse da diretoria do CONASS



# Prioridades do CONASS

A diretoria do CONASS apresentou ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, as prioridades da entidade. Participaram da reunião, realizada no dia 9 de maio na sede da entidade, o presidente do CONASS, Osmar Terra, e os vices-presidentes da região Nordeste, Edmundo Gomes; da região Norte, Wilson Alecrim; e da região Sudeste, Sérgio Côrtes. "Vamos construir em conjunto com CONASS e Conasems um 'PAC da Saúde' em uma dimensão ampla de intersectorialidade da atenção à saúde, que contemple os desafios do SUS, melhorando a qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão", disse José Gomes Temporão. Sobre a regulamentação da Emenda Constitucional n. 29, Temporão afirmou que "está discutindo com os ministros da área econômica a regulamentação da Emenda".

A seguir, as prioridades do CONASS, apresentadas ao Ministério da Saúde:

## 1 - Medicamentos de dispensação excepcional

Regulamentação, por meio do Projeto de Lei do senador Tião Viana, do acesso aos medicamentos de dispensação em caráter excepcional.

Ampliação dos recursos federais para esse programa e dos medicamentos a serem adquiridos centralizadamente pelo Ministério da Saúde.

Aproximação com o poder Judiciário e o Ministério Público com o objetivo de reduzir a judicialização do acesso a esses medicamentos.

Elaboração e atualização dos protocolos clínicos e das diretrizes terapêuticas por parte do Ministério da Saúde.

## 2 - Financiamento do SUS

Revisão dos limites financeiros federais de estados e municípios com ênfase na área de média complexidade ambulatorial e hospitalar.

Melhorar a alocação de recursos federais do SUS, buscando reduzir as desigualdades regionais.

Regulamentação da EC n. 29.

## 3 - Atenção Primária

Priorizar o financiamento e as ações voltadas para



a atenção primária visando garantir a escala e a qualidade adequada.

## 4 - Implementação do Pacto pela Saúde

Implementar o Pacto pela Saúde que deve representar um novo pacto federativo sanitário, estruturado sob a égide da unidade doutrinária e da diversidade operacional, buscando na pactuação a ser estabelecida em cada Comissão Intergestores Bipartite (CIB) as melhores soluções para questões como a regulação e a gestão dos serviços de saúde.

Desenvolver esforços conjuntos no sentido de estimular a realização dos Termos de Compromissos de Gestão de estados e municípios no decorrer do ano de 2007.

## 5 - Amazônia Legal

Definir como prioridades para a região: recursos humanos e financiamento; fortalecimento da atenção primária à saúde; e enfrentamento das doenças endêmicas.

Elaboração de um projeto de intervenção pautado nessas prioridades e pactuado entre CONASS, Ministério da Saúde e Conasems, buscando sua efetiva concretização.



Chefe de gabinete do ministro da Saúde, Paulo Henrique Melo, secretário executivo do CONASS, Jurandi Frutuoso, vice-presidente do CONASS na região Norte e Secretário de Saúde do Amazonas, Wilson Alecrim, vice-presidente do CONASS na região Nordeste e Secretário de Saúde do Maranhão, Edmundo Gomes, secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães, presidente do CONASS e Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, Osmar Terra, ministro da Saúde, José Gomes Temporão, coordenador de desenvolvimento institucional do CONASS, Ricardo F. Scotti, secretária executiva do Ministério da Saúde, Márcia Bassit, vice-presidente do CONASS na região Sudeste e Secretário de Saúde do Rio de Janeiro, Sérgio Côrtes, e secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, José Carvalho de Noronha

## 6 - Gestão do Trabalho

O enfrentamento da questão da fixação de recursos humanos nos estados da Amazônia Legal e outros. O enfrentamento da questão do vínculo dos Agentes Comunitários de Saúde e agentes de endemias (EC-51) e dos demais profissionais do PSF. A implantação da carreira do Sistema Único de Saúde.

## 7 - Participação Social

Realização de Conferências Municipais e Estaduais de Saúde e da 13ª Conferência Nacional de Saúde.

## 8 - Criação da Câmara de Compensação Interestadual

O CONASS em 2006 já apresentou uma proposta nesse sentido que viabilizaria a constituição de uma Câmara de Compensação Interestadual com acréscimo de recursos federais.

## 9 - Alternativas de gerência de unidades próprias

Buscar alternativas de gerência de unidades próprias, visando a uma maior eficiência e qualidade na prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde.

## CONASS apóia quebra de patente de medicamento Efavirenz

A diretoria do CONASS prestou apoio ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, pela quebra de patente do anti-retroviral Efavirenz. Atualmente, o medicamento é distribuído gratuitamente a 75 mil pacientes. O custo anual programado antes da quebra da patente era de US\$ 43 milhões e o Ministério da Saúde estima economizar US\$ 30 milhões em 2007 com a medida. O governo pretende importar da Índia um medicamento genérico para substituir o Efavirenz.



## SEMINÁRIO

# Os desafios da Assistência Farmacêutica no SUS

Aproximadamente 250 pessoas, vindas de 23 estados, participaram, no dia 22 de maio, do seminário *Os desafios da gestão da Assistência Farmacêutica no SUS*, direcionado aos gestores federais, estaduais e municipais da saúde e representantes do poder Judiciário, como juízes, desembargadores, promotores de justiça, procuradores federais e estaduais, além de representantes da sociedade civil organizada. Promovido pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), o seminário tratou sobre o acesso da população à Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde

CONASS ABRE O DIÁLOGO COM REPRESENTANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA PARA ENCONTRAR SOLUÇÕES E DIMINUIR O DESPERDÍCIO DE DINHEIRO PÚBLICO COM AÇÕES JUDICIAIS QUE NÃO TRAZEM BENEFÍCIOS À SAÚDE DOS PACIENTES

(SUS), em especial aos medicamentos de dispensação excepcional, por meio de demandas judiciais.

### Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT)

Para o conferencista do seminário, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, o conflito está na falta



Secretário de Saúde do Amazonas e vice-presidente do CONASS na região Norte, Wilson Duarte Alecrim; secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães; presidente do CONASS e Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, Osmar Terra; ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim; representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Aparecida Linhares





Conferencista do seminário, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim. O tema da conferência foi "Saúde: direito de todos e dever do Estado"

de uma regulamentação que defina a obrigação do SUS em relação à dispensação de medicamentos excepcionais. Para ele, o Direito Econômico e Social surgido no século XX, no qual está inserido o direito à saúde, é um tipo de direito que se satisfaz com a prestação de serviços por parte do Estado, gerando custos que precisam ter definidas suas fontes. "O Direito Econômico e Social se contrapõe ao Direito Político e Civil, pois estes se realizam apenas com o mero exercício, como por exemplo, o direito de votar", explicou Jobim.

Nelson Jobim acredita que o primeiro passo para resolver essa "disfuncionalidade gerada pelo Direito Econômico e Social" é criar uma lei que vincule a obrigação do Estado ao fornecimento de medicamentos previstos em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT). Os PCDT são recomendações, desenvolvidas por meio de revisão sistemática da literatura científica existente, para apoiar a decisão do profissional e do paciente sobre o cuidado médico mais apropriado, em relação às condutas preventivas, diagnósticas ou terapêuticas dirigidas para determinado agravo em saúde ou situação clínica. "O PCDT é o veículo de comunicação entre as políticas públicas e os direitos individuais à saúde", afirmou o ministro. Nelson Jobim também defendeu que essa nova legislação deve prever regras para atualização dos PCDT e normas emergenciais para tratar patologias nacionais e regionais que não possuem os seus respectivos PCDT.

A sugestão foi amplamente discutida pelas autoridades no decorrer do seminário. Para o presidente do CONASS, Osmar Terra, a proposta pode ser vista também como uma medida de segurança para os pacientes. "Não estamos defendendo restrições à oferta de medicamentos aos pacientes, mas sim entregar medicamentos mais seguros em doses certas. Não podemos deixar que os pacientes sejam enganados com medicamentos sem comprovação científica, que não fazem efeitos, prescritos em doses erradas, muitos deles ainda em fase experimental. Também não podemos nos calar com o desperdício de dinheiro público com demandas judiciais que nos obrigam a dispensar medicamentos sem comprovação científica e sem registro no país. Estou falando em mais de R\$ 300 milhões por ano que são desviados das políticas públicas para atender a esse tipo de demanda."

## Projeto de Lei em tramitação no Senado

Parte da proposta apresentada pelo ministro Nelson Jobim está contemplada no Projeto de Lei de autoria do senador Tião Viana, em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, →

que conta com o apoio do Ministério da Saúde, do CONASS e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Na justificativa do PL, o senador argumenta que “o futuro do SUS depende de critérios na aplicação de recursos públicos para que as ações e os serviços de saúde tenham continuidade. O *lobby* da indústria e do comércio de produtos farmacêuticos junto a associações de portadores de certas doenças e o intenso trabalho de *marketing* junto aos médicos fazem que tanto os usuários quanto os prescritores passem a considerar imprescindível o uso de medicamentos novos, muitos deles recém-lançados em outros países e ainda não-disponíveis no Brasil. Em regra, esse produtos são de altíssimo custo, mas nem sempre são mais eficazes que outros de custo inferior, indicados para a mesma doença”. O Projeto de Lei além de prever a dispensação mediante o cumprimento de protocolos clínicos, exige que o medicamento seja registrado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Na falta de protocolos, a dispensação limitar-se-á aos medicamentos das relações elaboradas pelo Ministério da Saúde.

## Diálogo com o poder Judiciário

Para o procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Ramiro Rockenbach, responsável pelo núcleo de saúde no Ministério Público Federal, o seminário foi fundamental para iniciar o diálogo entre os diversos atores da saúde e afirmou que a parceria com o Ministério Público para a solução de problemas será permanente. Sobre a proposta de regulamentar o acesso aos medicamentos, o promotor se mostrou preocupado com o caráter de integralidade do SUS. Para ele, a vinculação de PCDT à obrigatoriedade no SUS de fornecer medicamentos pode deixar de lado patologias que não têm os

respectivos protocolos, exigindo a permanente atualização destes pelo Ministério da Saúde.

O resultado da parceria realizada no Rio Grande do Sul entre representantes da Secretaria Estadual de Saúde e o poder Judiciário para padronizar os procedimentos relativos às demandas judiciais sobre medicamentos também foi apresentado no seminário. A presidente da Associação dos Juízes (Ajuris) do Rio Grande do Sul, Denise Oliveira Cezar, explicou que para demanda judicial de medicamentos que está na lista do Ministério da Saúde, a Procuradoria Geral do Estado não recorre da decisão por compreender que é obrigação do Estado em fornecer, uma vez que é uma ação da política pública de saúde e deve ter previsão

orçamentária para desenvolver o programa de Assistência Farmacêutica. Mas para Denise Cezar, o Estado não tem obrigação de fornecer medicamentos experimentais. “As demandas de medicamentos excepcionais em caráter experimental deveriam ser direcionadas aos laboratórios, eles têm de continuar o tratamento com o paciente até o fim e não o governo bancar as pesquisas.”

Para as demandas de medicamentos que estão fora da lista do governo, por sua vez, a presidente da Ajuris explica que foi constituído um grupo de trabalho com representantes da secretaria, desembargadores, juízes, promotores e médicos que estão elaborando procedimentos de padronização.

## Apoio à regulamentação

Para a representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Aparecida Linhares, o tema Assistência Farmacêutica é o mais “explosivo” da gestão do SUS. “Precisamos nos debruçar sobre o problema e o Poder Judiciário é um grande aliado na construção de uma Assis-



Presidente da Associação dos Juízes (Ajuris) do Rio Grande do Sul, Denise Oliveira Cezar



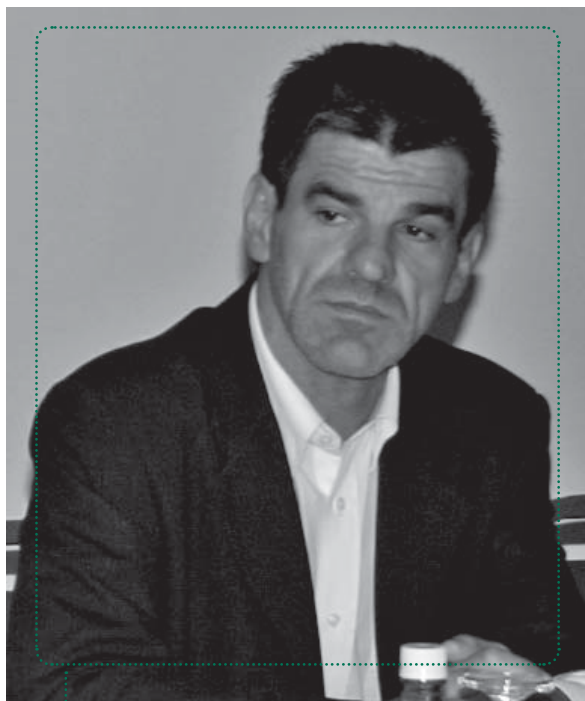
Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, do Ministério da Saúde, representante do Conasems, Aparecida Linhares, médico da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul e consultor do Ministério da Saúde, Paulo Picon, e presidente do CONASS, Osmar Terra

tência Farmacêutica compatível com a universalidade e a integralidade do SUS”, disse. O secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães, também considera a questão complexa. “A Assistência Farmacêutica passa por uma crise de desenvolvimento, pois os avanços trazem novos problemas que ensejam discussão.” Ele seguiu a mesma linha ao falar sobre a regulamentação dos medicamentos de dispensação excepcional. “A expansão dos programas de Farmácia Popular abre alternativas para o acesso, porém as redes têm de ser ampliadas. E a judicialização também é uma crise gerada pelo avanço. Com a decisão da ministra Ellen Gracie, pela primeira vez se estabeleceu uma compreensão positiva da integralidade e da universalidade, em que o interesse de um não pode se sobressair ao interesse coletivo.” Reinaldo Guimarães disse ainda que o Brasil se tornou refém da abertura comercial e o momento é de reverter a situação.

O presidente do CONASS, Osmar Terra, defendeu que a regulamentação do acesso aos medicamentos de dispensação excepcional vai ao encontro à amplitude do direito garantido pelo SUS. “Estamos entrando no gargalo dos medicamentos excepcionais e precisamos aperfeiçoar o sistema. O direito tão amplo acaba criando benefícios para alguns grupos econômicos e muitas vezes temos que dispensar medicamentos experimentais, sem nenhuma comprovação científica.” Segundo Osmar Terra, enquanto não houver uma regra, o Estado vai continuar arcando com as experiências dos laboratórios. “Nós temos esses dilemas a serem resolvidos e queremos sim garantir os medicamentos. Mas também nos preocupa ver milhões de reais sendo jogados fora em experimentos que não dão certo, em medicamentos que não têm efeito e em dosagens exageradas.” Osmar Terra ressaltou ainda a importância de se criar regras e de entrar em sintonia com o poder Judiciário e com o Ministério Público a fim de encontrar soluções rápidas “para que os avanços não sejam destruídos pelos excessos”.

Veja no *site* do CONASS as apresentações do seminário ([www.conass.org.br](http://www.conass.org.br)).





Secretário de Saúde do Espírito Santo, Anselmo Tose, recebe o apoio do CONASS, que defende maior diálogo entre o Judiciário e os gestores do SUS

## Nota de apoio ao Secretário de Saúde do Espírito Santo

O CONASS vem a público manifestar seu apoio e solidariedade ao Secretário de Saúde do Estado do Espírito Santo, Dr. Anselmo Tose, diante dos fatos ocorridos no dia 14 de maio de 2007.

Uma decisão judicial determinou o fornecimento de um medicamento de alto custo (R\$ 100 mil o tratamento) para uma paciente. A Secretaria Estadual, que tem garantido medicamentos essenciais e de dispensação excepcional para milhares de pessoas, imediatamente iniciou o processo de compra. O medicamento só não foi entregue no curto prazo estipulado pelo Juiz, porque o único fabricante alegou que não o tinha no estoque para pronta entrega. Trata-se de um medicamento experimental e que foi autorizado há poucos dias no país. Mesmo assim, o Juiz mandou prender o Secretário e mais um funcionário da Secretaria por desobediência.

Tal atitude reflete um desconhecimento da complexidade que é garantir medicamentos de

última geração para todos que deles necessitam. Os laboratórios não só têm o monopólio para fabricar e para impor o preço, como também para entregar o medicamento quando podem ou querem! É um cenário de pressões e demandas infinitas, muitas vezes sem base científica, e sem regras legais claras e detalhadas. Porém, o SUS conta com recursos limitados, que devem ser otimizados para garantir atendimento a todos.

Tentar resolver problema tão grave e sensível, mandando prender gestores públicos honrados e cumpridores de seus deveres para com a população, nada contribui para solucionar o problema. Desejamos que, em virtude da importância e da excepcionalidade do assunto, e dos interesses acoplados às enormes somas de dinheiro público envolvidas nesse setor, o Judiciário estabeleça um diálogo maior com os gestores, tendo como objetivo primordial a preservação da vida e a defesa do recurso público, antes de tomar uma decisão como a que foi tomada. Canais de comunicação instantânea entre o Judiciário e o corpo técnico-científico das Secretarias Estaduais de Saúde, de alto conhecimento científico, já existem em vários estados brasileiros, até mesmo no Espírito Santo. Quando acionados, resolvem com rapidez as pendências judiciais, dando maior segurança e agilidade no atendimento às decisões dos magistrados.

É importante frisar que os problemas que surgem todos os dias, com a dispensação de medicamentos excepcionais, não existem só no Espírito Santo. Todos os estados brasileiros lidam com dificuldades semelhantes! E ninguém mais que os Secretários Estaduais de Saúde querem garantir os medicamentos excepcionais à população necessitada. O próprio Governo Federal foi obrigado, recentemente, a contrariar interesses comerciais para garantir medicamentos à população. O CONASS conclama os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para o debate em busca de soluções para essa questão, pois só assim, unidos, é que poderemos continuar construindo um sistema de saúde justo e igualitário para todos os brasileiros.



## Colufras e CONASS realizam viagem à Europa

Representantes da Conferência Luso-Francófona da Saúde (Colufras) e do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) estiveram, no período de 13 a 21 de abril, em Lisboa e em Paris com o objetivo de apresentar o trabalho da entidade e divulgar o II Seminário Internacional da Colufras, que acontecerá em Salvador (BA), de 13 a 15 de julho de 2007. A coleção *Progestores 2007*, com 12 títulos sobre o Sistema Único de Saúde, foi destaque entre os projetos do CONASS.



Visita ao embaixador do Canadá em Portugal, Patrick Parisot

Os embaixadores do Canadá em Portugal, Patrick Parisot, e da missão brasileira junto à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Lauro Moreira, reconheceram a importância da Colufras, principalmente por criar uma rede de intercâmbio e de colaboração entre os países de línguas francesa e portuguesa, entre eles, Brasil, Canadá, Portugal e França.

A disposição em contribuir com os trabalhos da Colufras também foi manifestada pelos franceses em reuniões com autoridades da Delegação do Governo do Québec em Paris, da organização não-governamental francesa "Esther", fundada pelo ex-ministro da Saúde da França Bernard Kouchner, e da Organização Internacional da Francofonia. A Colufras contou ainda com a atenção da União Latina, representada pelo embaixador Bernardino Ossio.

O presidente da Colufras, Dr. Remy Trudel, registrou as entrevistas realizadas com os atores dos sistemas de saúde de Portugal e da França a fim de montar um documentário sobre os diferentes sistemas públicos de saúde do Canadá, do Brasil, de Portugal, da França e dos Estados Unidos da América.

Para o representante do CONASS, Fernando Cupertino, o objetivo da viagem foi cumprido. "A missão foi um grande sucesso, haja vista a importância dos interlocutores que nos receberam tanto em Portugal como na França. Foi um programa repleto de encontros com instituições de formação, governamentais e não-governamentais, que se mostraram extremamente interessadas na nossa proposta."

## Opas compartilha experiências sobre a medição das Funções Essenciais de Saúde Pública (Fesp), no Peru

A Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) realiza no período de 29 a 31 de maio, em Lima (Peru), o seminário *Balanço e Perspectivas das Funções Essenciais de Saúde Pública das Américas*, com o objetivo de compartilhar as experiências dos países que aplicaram o instrumento de medições do desempenho das Funções Essenciais em Saúde Pública (Fesp), desenvolvido pela Opas, em colaboração com os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CCPD) e do Centro Latino-Americano de Investigações em Sistemas de Saúde (Claiis) e aplicado em 42 países da região das Américas. No Brasil, o instrumento Fesp foi adaptado pelo CONASS e aplicado em oito Secretarias Estaduais de Saúde. O coordenador do projeto no CONASS, Júlio Müller, apresentará no seminário o relatório geral sobre o projeto de medição das Funções Essenciais de Saúde Pública adaptadas à Gestão Estadual do Sistema Único de Saúde (Fesp/SUS), sobre o qual será lançada uma publicação brevemente.



Com o tema “Saúde e Qualidade de Vida: Políticas de Estado e Desenvolvimento”, acontece, no período de 14 a 18 de novembro de 2007, em Brasília, a etapa nacional da 13ª Conferência Nacional de Saúde. A expectativa é reunir 3.064 delegados para avaliar a situação da saúde no país, a partir dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS); definir diretrizes para a garantia da saúde como um direito fundamental do ser humano e como uma política de Estado; e discutir estratégias que possibilitem o fortalecimento da participação social no SUS.

União, estados, municípios e os respectivos conselhos de saúde compartilham a responsabilidade pela realização da 13ª Conferência Nacional de Saúde, que ocorre em três etapas: Municipal (1ª de abril a 5 de agosto de 2007), Estadual e do Distrito Federal (15 de agosto a 15 de outubro de 2007), além da Nacional. Nas etapas locais, além do tema central e dos eixos temáticos da Conferência, há espaço para o debate de questões específicas em razão da realidade de cada estado ou município.

Em todas as etapas da 13ª CNS, o número de delegados deve respeitar a paridade estabelecida pela Resolução n. 333/2003. Ou seja, 50% de representantes dos usuários do SUS; 25% de profissionais de saúde; e 25% de gestores e prestadores de serviços em saúde. A maioria dos delegados da etapa nacional é eleita nas Conferências Estaduais, mas há também delegados escolhidos pelas entidades nacionais da área da saúde.

As Conferências Estaduais ainda podem indicar observadores para acompanhar a realização da etapa nacional da 13ª CNS. O número de observadores, no entanto, não pode ultrapassar o limite de 10% do total de delegados de cada estado e do Distrito Federal.

### Paraíba

O governador Cássio Cunha Lima empossou, no dia 1º de junho, os novos membros do Conselho Estadual de Saúde da Paraíba. Foram empossados 48 membros entre titulares e suplentes para o biênio 2007/2009.

A nova constituição do Conselho Estadual de Saúde é formada por representantes dos governos federal, estadual e dos municípios. Representantes da sociedade civil, sindicatos, entidades e usuários do Sistema Único de Saúde também formam a estrutura do Conselho.

O Conselho Estadual de Saúde é uma instância colegiada do Sistema Único de Saúde (SUS), vinculado à Secretaria de Estado da Saúde (SES), conforme determina a Constituição do Estado da Paraíba. O Conselho representa o “controle social” e está em consonância com a Constituição Brasileira que consagra os princípios da Reforma Sanitária, entre eles, o da participação da comunidade no SUS.

Na Paraíba, o Conselho Estadual de Saúde tem se destacado na formulação das políticas de saúde pública e no acompanhamento da execução de medidas empreendidas no setor.

### Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro ganhou a primeira Unidade de Pronto-Atendimento 24 Horas (UPA 24 Horas), no Complexo da Maré. A UPA 24 Horas oferece serviços de clínica médica, pediatria e odontologia, além de exames de laboratório, raio-X, imobilização e pequenas suturas. A unidade, que funciona em horário integral, todos os dias da semana, vai diminuir as filas nas emergências dos hospitais. Tem capacidade para atender a cerca de 500 pessoas por dia. A próxima UPA será aberta em Irajá, subúrbio do Rio, no início de agosto.



## São Paulo

A Secretaria de Estado da Saúde vai contratar 692 universitários para trabalhar em 41 hospitais e postos estaduais. As vagas fazem parte do programa de humanização “Jovens Acolhedores”, inédito no país.

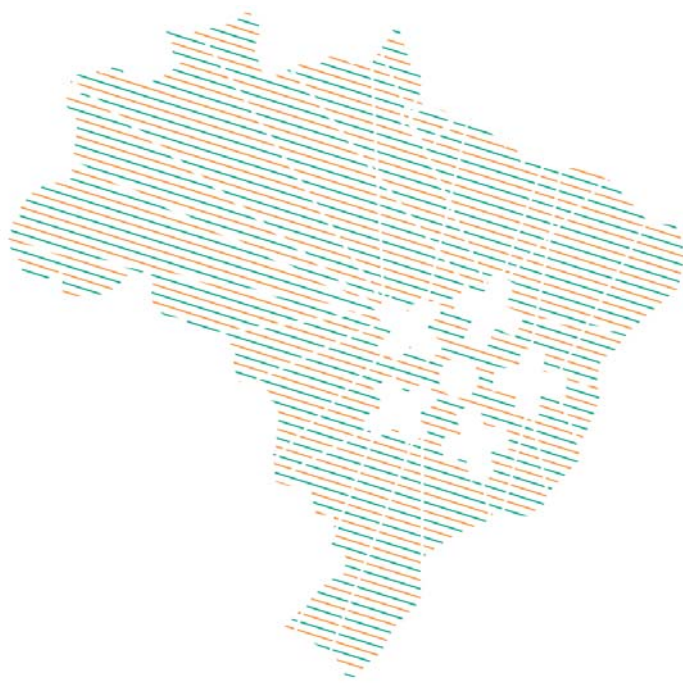
Cada aluno receberá uma bolsa de R\$ 350 da Secretaria. As faculdades se comprometem a complementar os valores das mensalidades escolares.

Os universitários são responsáveis por humanizar o atendimento, ou seja, atender e orientar, de maneira cordial, pacientes e acompanhantes. São treinados para amparar os doentes e seus acompanhantes, prestando o primeiro contato, orientando e confortando-os.

## Mato Grosso do Sul



A nova visão de parceria de responsabilidades quanto à gestão da saúde pública em Mato Grosso do Sul teve mais um passo importante na cerimônia de celebração de convênios entre 61 dos 78 municípios sul-mato-grossenses e o governo estadual. Os contratos totalizam investimentos de mais de R\$ 12,5 mi, que serão distribuídos aos municípios contemplados. Além do teto já recebido pelos hospitais, agora serão disponibilizados mais R\$ 7,7 mi de recursos novos do estado e R\$ 4,8 mi de recursos federais.



## Santa Catarina

A Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina conseguiu aprovar, no dia 11 de maio, a criação da Rede Estadual de Oncologia, que vai oferecer tratamentos para câncer – como quimioterapia e radiologia – em 11 cidades catarinenses. Além de Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Joinville, Criciúma e Jaraguá do Sul, nos quais esses serviços já são oferecidos, farão parte da Rede as cidades de Joaçaba, Lages, Itajaí, Tubarão e Porto União. “Isso demonstra o esforço da nossa equipe técnica. É mais uma prova de que estamos no caminho certo, uma vez que nossas ações em credenciamentos de serviços de Alta Complexidade estão sendo reconhecidas pela rigorosa equipe do Ministério da Saúde”, analisa o Secretário Dado Cherem.

## Tocantins

Os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Tocantins já têm um canal de comunicação com a Secretaria de Saúde do estado. Trata-se da *Ouvidoria da Saúde*, um serviço em que os usuários poderão apresentar sugestões, reclamações, demandas e solicitações. Os contatos podem ser feitos pelo telefone: 0800-6427200; fax: (63) 3218-6291; e-mail: [ouvidoria.sesau@saude.to.gov.br](mailto:ouvidoria.sesau@saude.to.gov.br); correspondência: Avenida NS-01, QIA AANO, Praça dos Girassóis, CEP: 77007-015; ou pessoalmente, das 14h às 18h, na sede da Secretaria.


## Prêmio CONASS de Jornalismo

O CONASS lançou em março deste ano o Prêmio CONASS de Jornalismo, em comemoração aos 25 anos da entidade. O objetivo é estimular a publicação de matérias positivas sobre o SUS nos veículos de comunicação social de massa, além de reconhecer e premiar os trabalhos jornalísticos que se destacarem por tornarem acessíveis ao público informações sobre o relevante sistema.

A 1ª edição do Prêmio CONASS de Jornalismo traz como tema "SUS: avanços e desafios", com abrangência nacional e será concedido aos vencedores, nas seguintes categorias:

- Profissional Jornal
- Profissional Revista
- Profissional Rádio
- Profissional Televisão
- Profissional Internet

O vencedor receberá um troféu e um prêmio em dinheiro, no valor de R\$ 7.000,00.

 Acesse a ficha de inscrição e o regulamento do prêmio no *site* do CONASS ([www.conass.org.br](http://www.conass.org.br))

## Agenda

13 a 15  
de junho  
OFICINA DE MEDIÇÃO DAS FESP NO  
MARANHÃO

20  
de junho  
ASSEMBLÉIA DO CONASS

21  
de junho  
REUNIÃO DA CIT

25 a 27  
de junho  
OFICINA DE REDES DE ATENÇÃO À  
SAÚDE - RECIFE / PE

27 a 30  
de junho  
CONGRESSO DO CONASEMS  
JOINVILLE / SC

13 a 18  
de julho  
CONGRESSO DA ABRASCO  
SALVADOR / BA



**PRESIDENTE:** Osmar Terra (RS). **VICE-PRESIDENTES:** Beatriz Figueiredo Dobashi (MS); Cláudio Xavier (PR); Edmundo da Costa Gomes (MA); Sérgio Luiz Côrtes (RJ); Wilson Duarte Alecrim (AM). **SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE SAÚDE:** Ademar Cavalcanti Cunha Júnior (RN); André Valente (AL); Anselmo Tose (ES); Assis Carvalho (PI); Augustinho Moro (MT); Beatriz Figueiredo Dobashi (MS); Cairo Alberto de Freitas (GO); Claudio Murilo Xavier (PR); Edmundo da Costa Gomes (MA); Eugênia Glaucy Moura Ferreira (RR); Eugênio Pacceli de Freitas Coêlho (TO); Geraldo de Almeida Cunha Filho (PB); Halmélio Alves Sobral Neto (PA); João Ananias Vasconcelos Neto (CE); Jorge Gomes (PE); Jorge José Santos Pereira Solla (BA); José Geraldo Maciel (DF); Luiz Eduardo Cherem (SC); Luiz Roberto Barradas Barata (SP); Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva (MG); Milton Luiz Moreira (RO); Osmar Terra (RS); Osvaldo Leal (AC); Rogério Carvalho Santos (SE); Rosália Maria de Freitas Figueira (AP); Sérgio Luis Côrtes (RJ); e Wilson Duarte Alecrim (AM). **SECRETÁRIO EXECUTIVO:** Jurandi Frutuoso. **ASSESSOR ESPECIAL:** René Santos. **ASSESSOR PARLAMENTAR:** Ricardo Nogueira. **ASSESSORA DE INFORMAÇÃO PARA A GESTÃO:** Tereza Cristina Lins Amaral. **ASSESSORIA JURÍDICA:** Alethele de Oliveira Santos e Ricardo Rossi. **ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:** Vanessa Pinheiro. **JORNALISTAS:** Adriane Cruz e Tatiana Rosa. **COORDENADORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** Regina Nicoletti. **COORDENADORA DE NÚCLEOS TÉCNICOS:** Rita de Cássia Bertão Cataneli. **COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:** Ricardo F. Scotti. **ASSESSORIA TÉCNICA:** Déa Mara Carvalho, Eliana Dourado, Júlio Müller, Lore Lamb, Lourdes Almeida, Márcia Huçulak, Maria José Evangelista, Nereu Mansano, e Viviane Rocha de Luiz. **GERENTE ADMINISTRATIVA:** Livia Costa. **GERENTE FINANCEIRA:** Luciana Tolêdo Lopes. **NÚCLEO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:** Adriano Salgado de Farias, Ana Lucia Melo, Carolina Abad Cunha, Gabriela Barcellos, Gutemberg Silva, Ilka Costa, Julio Barbosa de Carvalho Filho, Lucília de Melo Sousa, Maria Luiza Campolina, Rodrigo de Souza Fagundes e Sheyla Ayala Macedo. **CÂMARAS TÉCNICAS:** Assistência Farmacêutica; Atenção Primária; Atenção à Saúde; Epidemiologia; Comunicação Social; Gestão e Financiamento; Informação e Informática; Recursos Humanos; e Vigilância Sanitária.